

“A HUMANIDADE/CRIAÇÃO GEME COM DORES DE PARTO”

dimensão sócio-ambiental do reinado de Deus

*Prof. Pe. Francisco de Aquino Júnior**

Resumo: A problemática ambiental tornou-se duplamente atual. Por um lado, as formas históricas de uso e apropriação dos bens naturais em curso nas últimas décadas têm se revelado cada vez mais socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis. Por outro lado, essa situação tem adquirido uma enorme visibilidade e publicidade. Daí que se imponha como um dos maiores desafios e imperativos atuais de nossa vida societária e da missão da Igreja. Neste artigo abordaremos apenas duas questões que nos parecem fundamentais para o enfrentamento cristão prático e teórico da atual problemática ambiental: seu caráter intrinsecamente social e sua dimensão teológica e teológica.

Palavra-chave: Ecologia; Exclusão Social; Transposição do Rio São Francisco, Profetismo.

Abstrac: The ambiental problem reaches high proportions and, in spite of conscientization that everybory has of it, to face it becomes each time more difficult. On one hand, the greats don't dispose to limite their profits. On the other hand the poors are excluded of consumer society inpiously.

Keywords: Ecology, Social exclusion; Sao Francisco River's transposition; Prophetism

A Pedro Casaldáliga, nos seus 80 anos

A problemática ambiental atingiu em nosso tempo tamanha dimensão e proporção, que já não pode mais ser abafada ou silenciada sequer no interior dos países, empresas e organismos internacionais mais responsáveis por ela. Independentemente do fato de se responsabilizarem ou não pela situação em que nos encontramos e, sobretudo, de estarem dispostos a pagar o preço necessário para, pelo menos, minimizar suas conseqüências, reconhecem que a situação é dramática e exige medidas urgentes.

Mas se, por um lado, cresce a consciência da dramaticidade da situação e sobre ela se vai construindo um consenso cada vez maior na

sociedade, por outro, a busca de caminhos para enfrentar o problema parece cada vez mais difícil. Em primeiro lugar porque os grandes não estão dispostos a reverem seus padrões de consumo e a limitarem seus lucros. Na melhor das hipóteses aceitam pagar um “imposto ecológico”, um “crédito-carbono”, tornar-se “poluidor-pagador”... e, dessa forma, transformam a tragédia ecológica do planeta em negócio. É o chamado “capitalismo ecológico”. Em segundo lugar porque os pequenos também são seduzidos pelo mito do consumo ilimitado e a qualquer preço. Não têm o mesmo padrão de consumo dos grandes porque não podem, mas se pudessem teriam. E, assim, acabam legitimando o modelo “civilizatório” responsável pela catástrofe ambiental atual. Em terceiro lugar porque parte das chamadas alternativas ecologicamente sustentáveis (criação de reservas, coleta seletiva, reciclagem, agrocombustível, entre outras) tornam-se, não raras vezes, socialmente insustentáveis: expulsão da população nativa de seu hábitat, privatização do lixo por grandes empresas com a conseqüente exclusão dos catadores de material reciclável, fortalecimento da monocultura (cana, soja, milho...), uso de trabalho escravo, aumento do preço do alimento...

Toda essa situação afeta e diz respeito aos cristãos e à Igreja em seu conjunto. Seja porque é um problema que, de uma forma ou de outra, toca a todos os cristãos e a todas as pessoas, inclusive às gerações futuras; seja porque a “civilização” que gerou essa situação nasceu e se desenvolveu profundamente imbricada com o Cristianismo e foi, em grande medida, por ele legitimada; seja, enfim, porque está em jogo, em primeiro lugar, a vida dos pobres e dos pequenos deste mundo – n’Ele, juízes e senhores de nossas vidas (Mt 25, 31-46).

Neste artigo abordaremos apenas duas questões que nos parecem fundamentais para o enfrentamento cristão teórico e prático da atual problemática ambiental. A primeira tem a ver com o caráter intrinsecamente social dos problemas ambientais. E a segunda diz respeito à dimensão sócio-ambiental do reinado de Deus.

I – Caráter intrinsecamente social dos problemas ambientais

Falar de natureza, de ecologia, de meio ambiente, de cosmos, de holismo, de harmonia... está na moda. Em contrapartida, falar de pobre, de pobreza, de injustiça, de conflito social... parece anacronismo – resquício de um mundo e de uma igreja que passou. É como se os *problemas ambientais* fossem problemas meramente *naturais* e não, simultaneamente, problemas *sociais*. Se algum tempo atrás se dizia, por exemplo, que “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”, hoje se

diz com muita facilidade que o problema do semi-árido é um problema de “convivência” com seu eco-sistema ou de adequação da sociedade à natureza. Se, no primeiro caso, a ênfase na estrutura das relações sociais não considerava suficientemente as particularidades ambientais; no segundo caso, a ênfase na necessidade de “adaptabilidade das ações humanas às particularidades ambientais como forma de superação da miséria regional” termina por não considerar suficientemente “a complexidade dos interesses de grupos e classes presentes e das estruturas diacrônicas de poder historicamente constituídas”¹.

A superação desse dualismo entre natureza e sociedade é fundamental tanto para uma correta compreensão da atual problemática ambiental, quanto para a busca de solução da mesma. É, portanto, um desafio teórico e prático. Definitivamente, precisamos reconhecer e assumir que “o meio ambiente não é apenas um tema de conservação, mas também de direitos e justiça” e que “a transformação da sociedade no rumo da igualdade e da justiça – incluindo temas essenciais como produção econômica, habitação, transporte, bens de consumo, etc. – precisa ser sustentável do ponto de vista ambiental”². Os discursos ecológicos que se pretendem socialmente neutros terminam, na prática (ingênua ou interessadamente), mascarando os conflitos sociais a eles subjacentes e, conseqüentemente, legitimando e fortalecendo (por omissão ou por comissão) os grupos mais fortes. Não basta, por exemplo, não poluir ou despoluir o rio/açude – atividade estritamente social. É necessário também garantir que a água do rio/açude não seja privatizada pelos empresários da região e que seja usada prioritariamente para o consumo humano e animal!

Na verdade, a natureza só se torna problema na trama das relações sociais. “A degradação está intimamente relacionada aos usos e os usos são históricos, são sociais”³. De modo que não faz sentido (se é que na prática é possível) dissociar a natureza da sociedade quando se trata de problemas ambientais. Enquanto imbricada na trama das relações sociais, a natureza não é apenas matéria natural a ser contemplada e preservada. É também lugar das relações sociais e, enquanto tal é, também, lugar de

¹ SOARES, Hidelbrando dos Santos. “Sociedade e território no nordeste semi-árido: As cinco leituras”. Limoeiro do Norte, *Mimeo*, 2003, 6.

² PÁDUA, José Augusto de. “Desenvolvimento humano e meio ambiente no Brasil”, in MOSER, Cláudio – RECH, Daniel (Orgs). *Direitos Humanos no Brasil: Diagnóstico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Maud, 2003, 47-69, aqui, 48 e 49.

³ SOARES, Hidelbrando dos Santos. “Natureza, um campo de relações de poder”. *RAIZES* 44 (2003), 4.

conflitos, de contradições, de luta pelas condições materiais de sobrevivência. O que é problemático e precisa ser redefinido não é, portanto, o caráter social dos problemas ambientais, mas as formas sociais de uso e apropriação dos bens naturais. Estas, sim, são problemáticas e, na atualidade, revelam-se como socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis.

O prof. Hidelbrado Soares (FAFIDAM – UECE, Limoeiro do Norte – CE) identificou três *tipos* dominantes de uso e apropriação dos bens naturais em nossa sociedade, isto é, de comportamentos sociais (usos) que estão ligados a uma determinada compreensão da natureza (recurso)⁴.

1. *Comportamento exploracionista*. É aquele que acha que os bens naturais são inesgotáveis e que podem ser usados e apropriados ilimitadamente. Os interesses imediatos – sobretudo econômicos – justificam tal uso e apropriação. Não há uma real e efetiva preocupação com a gestão desses bens no presente nem muito menos no futuro. O que importa é crescer. E para isso é preciso apropriar-se dos bens disponíveis. É o modelo tipicamente capitalista de gestão dos recursos naturais que vê na natureza apenas recursos a serem apropriados e comercializados. Embora o discurso seja outro – afinal não soa bem, moderno nem sócio-ambientalmente responsável – essa é a prática dominante no Brasil. Com o agravante da conivência dos poderes públicos travestida de preocupação com a geração de emprego na região, com o abastecimento de água das populações carentes, com o crescimento econômico etc. Assim é que, por exemplo, a criação de camarão em cativeiro (concentradora de terra e água, degradadora do meio ambiente) cresceu tanto na primeira metade da década em curso no Vale do Jaguaribe, interior do Ceará. Assim é que o governo Lula leva adiante a transposição do Rio São Francisco – a versão mais moderna e sofisticada da *indústria da seca*. Assim é que se vai vendendo o mito do chamado “biocombustível”, não obstante suas implicações sócio-ambientais: crescimento da monocultura, desmatamento da Amazônia, comprometimento da segurança alimentar e até uso de trabalho escravo.

2. *Comportamento preservacionista*. É aquele que para eliminar ou combater a degradação ambiental acaba fazendo uma “leitura anti-social da relação homem-natureza” e adotando como medida a criação de “museus naturais”: “corredores ecológicos”, “parques ecológicos”, “reservas

⁴ *Ibidem*, 4s.

ecológicas” – “geralmente excluindo dessas áreas as populações historicamente aí estabelecidas”. Além de não se contrapor necessariamente ao comportamento exploracionista – desde que preserve algumas ilhas verdes –, há muito “romantismo” e “espiritualismo” elitistas e irrealistas no comportamento preservacionista. O grande problema dessa postura, diz Hidelbrando Soares, é que, não obstante seu caráter de defesa da natureza, “geralmente é uma defesa da natureza em si, independente da sociedade, independente daquilo que é a natureza hoje: socializada, histórica. A preservação seria o afastamento, o distanciamento da sociedade”⁵. E, com isso, não apenas compromete a vida e a sobrevivência das comunidades historicamente estabelecidas nas áreas a serem preservadas, como também põe em risco ou até mesmo elimina “um patrimônio cultural de manejo dos próprios recursos”. O mito de naturalização da natureza, isto é, a consideração do bem natural independentemente de sua apropriação e uso sociais, leva não apenas à “extinção de um grupo social pelo empobrecimento, pela destruição de sua base cultural, mas também à perda de um patrimônio de manejo da natureza”⁶. Esquece-se, com frequência, que foi exatamente a forma de vida da comunidade, seu uso e apropriação dos bens naturais, enfim, sua gestão dos recursos disponíveis que “gerou aquele ambiente ainda preservado”.

3. *Comportamento conservacionista*. É aquele em que o uso dos bens naturais tem por base a “gestão” ou o “manejo” – “fruto da experiência, da prática”. É o comportamento típico das comunidades tradicionais. Nem se reduzem os bens naturais a meros recursos inesgotáveis de enriquecimento, nem se contrapõe a preservação ambiental ao uso e apropriação sociais. Procura-se, isto sim, estabelecer relações mais simétricas com a natureza, considerando tanto as peculiaridades e potencialidades geo-espaciais, quanto as necessidades da comunidade. Possivelmente nas experiências de gestão, de manejo das comunidades tradicionais – por mais localizadas, primitivas e espontâneas que sejam – possamos encontrar um caminho alternativo ao modelo capitalista exploracionista de gestão dos recursos naturais⁷. Elas “têm um patrimônio cultural que poderia ser um bom caminho para

⁵ *Ibidem*, 5.

⁶ *Ibidem*.

⁷ “O dualismo racionalista – fruto do pensamento grego e base da chamada civilização ocidental – entre humanos e natureza, entre espiritual e material, entre ‘realidades’ superiores e inferiores não encontra eco na cultura dos povos da Amazônia”. CNBB. *Campanha da Fraternidade 2007* – Texto Base. São Paulo: Salesiana, 2007, 134.

estabelecermos relações mais simétricas, mais justas” com a natureza⁸. Evidentemente não se trata de receita nem muito menos de transposição, sem mais, de resposta de um contexto a outro. Cada contexto sócio-ambiental tem suas peculiaridades e exige resposta própria. Trata-se simplesmente de aprender com comunidades concretas formas de vida, de uso e apropriação dos recursos disponíveis, ou seja, de sua gestão ou manejo que tornem possível a vida da geração atual sem comprometer a vida das gerações futuras. Nem consumismo ilimitado nem ecologismo anti-social. Precisamos ir construindo uma forma de vida socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Importa, em todo caso, dar-se conta de que os problemas ambientais, enquanto problemas, têm sempre um aspecto ou uma dimensão social. Nunca são problemas meramente naturais. Até porque o que constitui propriamente o problema ambiental não é o caráter natural dos bens em questão, mas seu caráter social: utilidade, carência, apropriação, formas de uso ou gestão, ameaça... E tanto pelo fato de terem sido *provocados*, em grande parte, por determinadas formas sociais de uso e gestão dos bens naturais; quanto pelo fato de estarem intrinsecamente vinculados à *disputa de interesses* nas sociedades onde emergem como problema⁹. De modo que *nos problemas ambientais estão em jogo os bens naturais enquanto socializados, isto é, enquanto inseridos na trama das relações sociais*. Por isso mesmo os bens naturais não podem ser tomados nem teórica nem praticamente independentemente de seus usos sócio-históricos.

Uma olhada, ainda que superficial, nos grandes e pequenos problemas ambientais será suficiente para constatar seu caráter intrinsecamente (embora não exclusivamente) social. Abordaremos a seguir, a modo de exemplo, apenas três desses problemas com uma finalidade mais provocativa que descritiva. Mais que fazer um elenco de problemas ambientais e descrevê-los, interessa-nos, aqui, a partir da consideração de alguns problemas, provocar o leitor a identificar e explicitar o caráter social dos pequenos e grandes problemas ambientais com que ele se defronta. Trata-se, portanto, de um exercício a ser continuado e completado pelo leitor:

⁸ SOARES, Hidelbrando dos Santos. *Op. cit.*

⁹ Cf. Documento de Aparecida N° 83-87, 473.

A – Transposição do Rio São Francisco

O projeto de Transposição do Rio São Francisco – por seu caráter polêmico e conflitivo e pela dimensão que o conflito tomou com o jejum profético de dom Luiz Cappio – tornou-se um dos problemas ambientais brasileiros de maior visibilidade. Sem dúvida nenhuma há aspectos no conflito que dizem respeito mais diretamente à sustentabilidade ambiental do projeto, dada a situação atual do rio: assoreamento, diminuição da vazão, supressão da mata ciliar, super-exploração dos mananciais, poluição etc.¹⁰ – situação provocada pela forma depredatória e exploracionista de uso e gestão do mesmo nas últimas décadas. Mas o ponto fundamental e mais polêmico diz respeito aos interesses econômicos e sociais em jogo¹¹: 70% da água para a irrigação, 26% para o uso industrial e abastecimento urbano¹² e 4% para população difusa pelo semi-árido. Não se trata de um projeto de socialização dos recursos hídricos, mas, ao contrário, de sua privatização. Por isso dizia Roberto Malvezzi que “a transposição é a última grande obra da indústria da seca e a primeira do ‘hidronegócio’. A indústria da seca está para o hidronegócio assim como o latifúndio está para o agronegócio, isto é, um representa o atraso e o outro a modernidade, mas ambos são indissociáveis”¹³. E com razão dizia Leonardo Boff, a propósito do conflito entre o governo e dom Cappio: “Soa demagógica e no fundo falsa a alternativa colocada publicamente pelo Presidente: entre o bispo e 12 milhões de nordestinos sedentos eu, Presidente, fico do lado dos 12 milhões. A alternativa é outra: entre o agronegócio e os 34 milhões de sedentos que podem ser atendidos, o bispo fica do lado dos 34 milhões”¹⁴. O problema é, portanto, fundamentalmente social. O próprio

¹⁰ Cf. ZELLHUBER, Andréa – SIQUEIRA, Ruben. “Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização”. *Caderno CEAS* 227 (Dez. 2007). Especial Rio São Francisco.

¹¹ Cf. a propósito: <http://www.umavidapelavida.com.br>, especialmente as reportagens e matérias de especialistas; <http://www.cptmg.org.br>; ALFREDO, João. *Transposição do Rio São Francisco: Mitos e realidade*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005; Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA): <http://www.integracao.gov.br>.

¹² Os 12 milhões de nordestinos que, segundo o governo, serão beneficiados com a transposição corresponde à estimativa da população das cidades localizadas na área de influência do projeto em 2025. Segundo matéria publicada no *Jornal Folha de São Paulo*, 23/10/2005, a terça parte desse total refere-se à população que Fortaleza daqui a 20 anos.

¹³ MALVEZZI, Roberto. “Geografia da Sede e Hidronegócio” (04/10/2004): www.adital.com.br. O projeto da transposição é definido também no Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra como “mais um capítulo da conhecida indústria da seca”. Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. *Os pobres possuirão a terra*. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal, 2006, 32.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, 25/12/2007.

dom Cappio dizia em sua carta ao povo do Nordeste: “fosse a transposição solução real para as dificuldades de água de vocês, eu estaria na linha de frente de vocês por ela”¹⁵. Inclusive do ponto de vista mais estritamente ambiental, dizia dom Cappio em sua resposta ao Ministro Geddel, “o maior impacto da transposição sobre o rio não é a porção de água dele a tirar. É a perpetuação do modelo que vê nele apenas ‘recursos hídricos’ e negócios, num acúmulo de usos econômicos seguidos e irrestritos que o exaure e o exterminará”¹⁶. De uma forma ou de outra está em jogo o uso e a apropriação das águas do Rio São Francisco. Não há como separar o problema ambiental do problema social da transposição. Pode-se, didaticamente, distinguir aspectos mais estritamente ambientais e aspectos mais estritamente sociais e econômicos no problema da transposição. Mas sua imbricação é tamanha que, na prática, não se pode separar.

B – Agrocombustível

Menos popularizada, mas não menos atual nem menos polêmica, é a problemática dos agrocombustíveis, muitas vezes chamados biocombustíveis. O aumento do consumo de combustível no mundo, o limite das reservas energéticas no subsolo (petróleo, gás e carvão mineral), os altos riscos da energia nuclear e o aumento da poluição provocado pela queima excessiva desses combustíveis, causando desequilíbrios na natureza e aquecimento global, têm forçado a discussão e a busca de alternativas das fontes de energia no planeta. Neste contexto os chamados agrocombustíveis encontram um terreno fecundo. E o atual governo brasileiro, juntamente com o governo estadunidense, tem despontado como o grande defensor e propagador dessa “alternativa”, tanto pela potencialidade comercial do Brasil no ramo: larga experiência, capital e potencialidades tecnológicas da Petrobrás, dimensão territorial, etc., quanto por se tratar de um combustível “limpo”, não poluidor. No entanto, as coisas não são tão claras nem tão simples como poderiam parecer à primeira vista. Vários movimentos, organizações, entidades e lideranças sócio-ambientais têm confrontado e denunciado a insustentabilidade sócio-ambiental dos chamados agrocombustíveis. Em primeiro lugar por pôr em *risco a segurança alimentar das populações pobres do Planeta*, seja pelo aumento do preço dos alimentos, seja pela concorrência no uso da produção agrícola: alimentos ou biocombustíveis. Sobre isso alertaram tanto o Relatório “Bioenergia Sustentável” da ONU

¹⁵ Carta ao Povo do Nordeste (30/11/2007): <http://www.umavidapelavida.com.br>.

¹⁶ “Geddel, por dom Luiz Cappio”. *Jonal A Tarde*, 09/12/2007.

(09/05/2007)¹⁷, quanto o estudo “Previsão dos alimentos” da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – (07/06/2007)¹⁸. E o ambientalista estadunidense Lester Brawn denunciou o que chamou de “confronto épico” entre os 800 milhões de proprietários de carros e os dois bilhões de pessoas mais pobres do planeta: “Até o fim do próximo ano [2008] quase 30% da colheita de grãos [dos EUA] irá para as usinas de álcool, reduzindo a quantidade disponível para exportações. Como o mundo depende fortemente dos EUA, que é um dos maiores exportadores de milho e de trigo, isso vai criar problemas graves aos importadores de grãos”¹⁹. Em segundo lugar por comprometer ainda mais o equilíbrio ambiental através do *aumento da monocultura e do desmatamento da Amazônia*²⁰. Em terceiro lugar pela *super-exploração e mesmo pela utilização de mão-de-obra escrava nos canais*. Se na década de 80 se exigia do cortador de cana uma média de oito toneladas de cana/dia, hoje se exige em média doze toneladas de cana/dia. Só em 2005 a CPT contabilizou 262 casos de trabalho escravo envolvendo 7.447 trabalhadores. De 1995 a 2005 foram resgatados 18.694 trabalhadores²¹. Tudo isso leva dom Tomás Balduino a afirmar que “a chamada ‘energia limpa’ é limpa do cano de descarga para fora. Até chegar lá é tão suja que inclui até trabalho escravo. Retira a terra de quem precisa dela para viver. E agride o meio ambiente transformando a mata em monocultura. O cerrado [...] está sendo transformado na monocultura de eucalipto, cana, soja ou algodão. O etanol compensa para o mercado do Primeiro Mundo, que está precisando de energia para seus motores, mas de nós ele tira a chance de solucionar nossos problemas”²².

C – Carcinicultura

A criação de camarão em cativeiro (carcinicultura) cresceu enormemente nos últimos anos, sobretudo na região Nordeste. É uma atividade econômica altamente lucrativa (um dos ramos de destaque do

¹⁷ Cf. *Jornal Folha de São Paulo*, 10/05/2007.

¹⁸ Cf. *Jornal Folha de São Paulo*, 08/06/2007; BETTO, frei. “Necrocombustíveis”: www.adital.com.br.

¹⁹ *Jornal Folha de São Paulo*, 02/07/2007; Cf. MONBIOT, George. “Entre os automóveis e as pessoas”, in *Agencia Brasil de Fato* 29/03/2007: <http://www.agenciabrasildefato.com.br>.

²⁰ Cf. MONBIOT, George. *Op. cit.*; CBNN. *Campanha da Fraternidade – 2007*: Texto Base. São Paulo: Salesiana, 2007, 51ss64; Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. *Op. cit.*, 30s.

²¹ Cf. Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. *Op. cit.*, 33-35.

²² BALDUINO, Tomás. *Revista Isto É* 1993, 16/01/2008.

agronegócio), mas de grandes impactos sócio-ambientais²³: 1. Com a construção dos viveiros nas margens de rios, gamboas, lagos e dunas, imensas áreas de manguezal (berço marítimo) e de mata ciliar ao longo dos rios vêm sendo destruídas. 2. O uso intenso do produtos químicos têm provocado mortandade de peixes, caranguejos, mariscos e crustáceos – fonte de sobrevivência de muitas comunidades –, doenças respiratórias e de pele e até morte de trabalhadores. 3. Em algumas regiões, como no município de Aracati – CE, a construção de viveiros em áreas onde estão situadas as fontes de abastecimento do município (Comunidade do Cumbe) pode salinizar o lençol freático e comprometer o abastecimento de toda a região. 4. É uma das atividades que mais consome água. Utiliza-se de 50 a 60 milhões de litros de água por tonelada produzida. Devido ao tamanho do espelho de água dos viveiros, o índice de evaporação é altíssimo. Além do mais, o desenvolvimento da atividade à margem de rios e lagoas, utilizando água doce, põe em risco a seguridade hídrica da população, sobretudo em regiões onde o abastecimento de água é precário. 5. A construção de viveiros às margens de rios, gamboas, lagos e dunas tem dificultado o acesso das famílias a seus lugares de trabalho, não sem conflitos, provocando uma verdadeira privatização dos acessos ao mar, rios e lagoas. 6. Recrudescimento do processo de concentração da terra e da água, uma vez que se trata de um processo racionalizado - previamente pensado, planejado e viabilizado econômica e politicamente: Grandes produtores estão investindo na compra de terras em áreas de manguezal e nas margens dos rios, e seu poder econômico tem um peso decisivo na política de gestão dos recursos hídricos. 7. Enquanto em cinco hectares de mangues trabalham até 30 famílias, em cinco hectares de viveiros trabalham apenas 2 pessoas - um arraçoador e um vigia²⁴. É verdade que por ocasião da construção do

²³ Cf. Relatórios Impactos da Carcinicultura: Diagnóstico do IBAMA, Relatório EMBRAPA, GT da Câmara dos Deputados: <http://www.terramar.org.br>; JÚNIOR, Francisco de Aquino. "A criação de camarão em cativeiro no Brasil: impactos sócio-ambientais"; MEIRELES, Jeovah. "Carcinicultura: Desastre Sócio-ambiental no Ecossistema Manguezal do Nordeste brasileiro": <http://redmanglar.org> – Link Documentos: Estudos/artigos; "Carta de Fortaleza dos Povos das Águas" (24/08/2006): www.adital.com.br .

²⁴ "Dados oficiais do antigo Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) apontam a geração de 0,7 emprego por hectare cultivado, sendo que nas grandes fazendas do Ceará o valor é ainda menor, de 0,2 emprego/hectare cultivado, o que corresponde a 20 empregos (relações formais) em uma fazenda de 100 hectares. Os produtores têm divulgado que a atividade gera 1,89 emprego direto por hectare, com base em uma pesquisa que teve com metodologia a aplicação de questionários nos centros de processamento, fazendas de engordas e laboratórios de produção de larvas", in Relatórias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - informe 2004: <http://www.dhescbrasil.org.br>.

viveiro (uma única vez) e das despescas (que duram aproximadamente 3 dias) se absorve um número maior de mão-de-obra, mas, regularmente, apenas duas pessoas, excluindo, até, a mão-de-obra feminina. Tudo isso sem falar na rapidez com que surge, desenvolve-se e desaparece. A propósito, dizia Rosângelo, da CARITAS de Limoeiro: “Os carcinicultores aparecem como uma praga de gafanhotos. Chegam, devastam e vão para outra região”. Este é o “preço” sócio-ambiental do acelerado e descontrolado crescimento da grande indústria (agronegócio) do camarão. Ele põe em questão sua sustentabilidade sócio-ambiental, pelo menos na forma como vem se desenvolvendo.

II – Dimensão sócio-ambiental do reinado de Deus

Se na primeira parte do artigo insistimos no caráter intrinsecamente social dos problemas ambientais, nesta segunda parte queremos explicitar seu caráter teologal (versão constitutiva a Deus) e teológico (envolvimento de Deus mesmo)²⁵. A *problemática ambiental*, enquanto problemática das formas sócio-históricas de uso e apropriação dos bens naturais com suas implicações tanto na configuração das relações sociais quanto no equilíbrio do eco-sistema, diz respeito, diretamente, à instauração do *reinado* de Deus e, indiretamente, ao *Deus* do reinado. Não se trata, simplesmente, de um problema eco-social, de uma exigência moral, de um desafio pastoral. Trata-se, na verdade, de algo que toca negativa (pecado) ou positivamente (graça) núcleo mesmo da fé cristã e que, portanto, lhe é constitutivo. De modo que nenhum cristão ou comunidade cristã pode ficar indiferente a essa problemática.

A fé cristã consiste, fundamentalmente, no seguimento de Jesus Cristo. E assim como o reinado de Deus constituía o centro de sua vida²⁶,

²⁵ O problema de Deus constitui “una dimensión de la realidad humana en cuanto tal. Por esto, este problema deve llamarse teologal. Teologal no significa teológico. Significa que es una dimensión humana que envuelve formal y constitutivamente el *problema* de la realidad divina, del Theos. Lo teologal lo es por envolver la *dimensión* que da a lo divino. Lo teológico envuelve a *Dios mismo*”. ZUBIRI, Xavier. *El hombre y Dios*. Madrid: Alianza Editorial, 2003, 12.

²⁶ A redescoberta da centralidade do reinado de Deus na vida de Jesus é, certamente, uma das maiores novidades e contribuições da cristologia contemporânea. Cf. SOBRINO, Jon. *Jesucristo liberador*: Lectura histórica-teológica de Jesús de Nazaret. San Salvador: UCA, 2000; GONZALEZ FAUS, José Ignacio. *Acesso a Jesus*: Ensaio de teologia narrativa. São Paulo: Loyola, 1981; GNILKA, Joachim. *Jesus de Nazaré*: Mensagem e história. Petrópolis: Vozes, 2000; FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré*: História e interpretação. São Paulo: Loyola, 1988; MOLTSMANN, Jürgen. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje*. Petrópolis: Vozes, 1997; KESSLER, Hans. “Cristologia” in SCHNEIDER, Theodor. *Manual de Dogmática*. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2002, 219-400.

da mesma forma deve constituir o centro da vida cristã – sua identidade mais profunda e radical.

O reinado de Deus nada mais é que o governo, domínio ou senhoril presente e real de Deus sobre a vida daqueles que o reconhecem e o aceitam como seu Deus. Não é uma teoria abstrata sobre a onipotência/onisciência/onipresença divina nem mera utopia humana. Consiste, precisamente, no fato real e atual de que *Deus reina* ou no “ato de reger de Deus”²⁷. Por isso mesmo, falar do *reinado de Deus* implica sempre falar do *povo de Deus* – do povo sobre o qual Deus reina²⁸ e cuja vida, na medida em que é regida por ele, torna-se expressão real e atual de seu poder e senhoril. Poder, senhoril, governo que diz respeito a todas as dimensões da vida – também, evidentemente, à dimensão sócio-ambiental enquanto constitutiva da vida humana. Daí que se possa e se deva falar de e cuidar da dimensão sócio-ambiental do reinado de Deus. Não se trata de algo meramente consecutivo, por mais importante que seja. Trata-se de uma de suas dimensões constitutivas, algo que mede ou mensura sua realidade, uma vez que, nela, está em jogo a efetivação ou negação do senhoril ou governo de Deus. Há, portanto, uma respectividade constitutiva entre o reinado de Deus e a constituição do povo de Deus que se objetiva e se expressa num modo concreto de viver.

A característica ou marca principal desse reinado ou governo, diz Joaquim Jeremias, exegeta alemão, é que “Deus está realizando o ideal de justiça que sempre se esperava do rei, mas nunca realizado na terra”: proteção aos desamparados, fracos e pobres, às viúvas e aos órfãos²⁹. E, de fato, nos Evangelhos, Jesus compreende sua missão como dirigida aos pobres (Lc 4,18), proclama os pobres como bem-aventurados (Lc 6,20; Mt 5,3)³⁰, realiza sua ação messiânica curando enfermos, libertando

²⁷ SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 128.

²⁸ Por se tratar de uma realidade e de um conceito, fundamentalmente, dinâmico-relacionais (poder de reinar, autoridade do rei sobre seu povo), antes que estático-espaciais (território), os exegetas preferem falar de reinado a falar de reino. Cf. JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento: A pregação de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 1977, 153ss.

²⁹ JEREMIAS, Joachim. *Op. cit.*, 154.

³⁰ Aos que, não sem interesse, gostam de contrapor os “pobres” sem mais, de Lucas, aos “pobres de espírito” de Mateus, vale recordar duas coisas: Em primeiro lugar, “espírito”, em Mateus, qualifica os pobres, mas não os substitui pelos ricos. Bem-aventurados, em Mateus, continuam sendo os pobres – de espírito ou de coração conforme a tradução, mas os pobres. Em segundo lugar, o termo grego utilizado por Mateus para designar os *pobres* (de espírito) é o mesmo termo utilizado por Lucas para designar os pobres (sem mais): *Ptochos*, que pode designar tanto alguém que é dependente, que está a serviço, que perdeu a propriedade fundiária por causa da injustiça e opressão, quanto o fraco, sem peso social, o

possessos e proclamando a boa notícia aos pobres (Lc 7,18-23; Mt 11,2-6), põe o amor a Deus e ao próximo (caído/derrubado à beira do caminho) como condição para herdar a vida eterna (Lc 10,25-37) e estabelece como critério definitivo de pertença ou exclusão a seu reinado o fazer ou não fazer pelos pequenos (Mt 25,31-46)³¹. A vida real/concreta dos pobres se converte, assim, em critério positivo (realização) e negativo (obstáculo/impedimento) do reinado de Deus. Evidentemente que o fazer justiça aos pobres não esgota o reinado de Deus. Mas constitui um critério radical, permanente e impreterível de sua efetivação e/ou de sua negação. Daí a necessidade de se recorrer ao que Jon Sobrino chama “via do destinatário” de reinado de Deus tanto para compreender seu conteúdo, quanto para realizá-lo na história³².

No que diz respeito ao enfrentamento teórico e prático da problemática ambiental, enquanto problemática do reinado de Deus, é preciso (A) verificar até que ponto e em que medida as formas sócio-históricas de uso e apropriação dos bens naturais em voga, efetivamente, expressão ou obstaculizam/impedem o governo/senhorial/reinado de Deus e (B) encontrar ou forjar formas de uso e apropriação desses bens que sejam, real e efetivamente, expressam desse reinado. Um critério seguro e impreterível para isso, conforme dissemos acima, é a situação real dos pobres e pequenos no contexto da problemática ambiental. Daí que:

1. O enfrentamento cristão da problemática ambiental não pode prescindir de sua dimensão social e, nela, da situação real e concreta dos pobres e pequenos. Nenhum ecologismo a/anti-social (se é que é possível) pode, sem mais, ser dito cristão. A vida de uma criança de rua – envolvida com droga, tráfico, roubo etc – é, na dinâmica do reinado de Deus, incomparável e absolutamente mais importante e mais definitiva que qualquer mico-leão dourado em extinção ou qualquer cachorrinho de madame. As conseqüências trágicas do antropocentrismo capitalista

mendigo, o sem-teto, o indigente. Cf. ELLACURIA, Ignácio. “Las bienaventuranzas, carta fundacional de la Iglesia de los pobres”, in *Escritos Teológicos II*. San Salvador: UCA, 2000, 417-437; SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 143-148; ESSER, Hans-Helmut. “Arm” (Πτωχός) in COENEN, Lothar – BEYREUTHER, Erich – BIETENHARD, Hans (hsg.). *Theologisches Begriffslexikon zum Neuen Testament I*. Wuppertal: Rolf Brockhaus, 1972, 39-43.

³¹ A propósito da discussão exegética do texto ver o comentário de Alonso Schökel no rodapé da Bíblia do Peregrino bem como GONZALEZ, Antonio. “Mateo 25 y la esperanza de los pobres”: <http://www.praxeologia.org>.

³² SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 142-156.

ocidental³³ – socialmente injusto e ecologicamente insustentável – não justificam certas tendências ecologistas que tendem a reduzir o ser humano a um animalzinho entre outros e a tratar com indiferença o “destino” imposto aos pobres. Sequer certas tendências holísticas que primam pela “harmonia” e “equilíbrio” interior e social, na medida em que mascaram os conflitos ou os tratam com indiferença e, assim, contribuem para a manutenção dos *status quo* de dominação e opressão na sociedade, podem ser ditas cristãs. O fato de a sociedade não poder ser reduzida, simplesmente, a um campo de batalha/conflito, não significa que se possa ofuscar os reais conflitos ou se tornar indiferente a eles. Tampouco vale, sem mais, o dito “ou nos salvamos todos ou todos pereceremos” como se o risco afetasse a todos na mesma medida e urgência. Embora os problemas ambientais, de alguma forma, afetem o mundo todo e ponham em risco o futuro da humanidade no planeta, não afetam a todos na mesma proporção e imediatez. Os países pobres e, neles, as comunidades mais pobres – muito mais dependentes da natureza e muito mais vulneráveis às suas forças – sofrem seus efeitos de modo muito mais imediato e dramático. Se a situação ambiental, em seu conjunto, é dramática, muito mais dramática é, nela, a situação dos pobres. Daí que no enfrentamento da problemática ambiental, a situação e as necessidades fundamentais dos pobres devam ter absoluta prioridade.

2. Do ponto de vista estritamente teologal e teológico, é insuficiente uma abordagem meramente criacional da problemática ambiental. Não basta reconhecer e confessar que toda a natureza é criação de Deus e que, por isso, é portadora de uma dignidade e sacralidade invioláveis. Tampouco basta reconhecer que uma certa visão de Deus e, conseqüentemente, de sua imagem e semelhança, o homem, foi responsável, em grande parte, pela forma capitalista de uso e apropriação dos bens naturais³⁴. Sequer basta postular uma concepção mais integral e

³³ Cf. BOFF, Leonardo. *Nova Era: A civilização planetária*. São Paulo: Ática, 1994, 66-70; IDEM. *Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995, 101-134.

³⁴ “Deus é o todo poderoso e a *potência absoluta* é a característica principal de seu ser-Deus. Por isso sua *imagem e semelhança* sobre a terra, a pessoa humana – isto significava, deveras, o homem – precisa aspirar por poder e super-poder para, assim, alcançar sua própria divindade. Não bondade e verdade, mas *poder* tornou-se a característica principal da divindade [...] O objetivo do conhecimento científico das leis da natureza é o poder sobre a natureza e, com isso, o restabelecimento da imagem de Deus para a pessoa humana”. MOLTSMANN, Jürgen. *Doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993, 50s. Cf. SATTLER, Dorothea – SCHNEIDER, Theodor. “Doutrina da criação”, in SCHNEIDER, Theodor (org). *Manual de Dogmática: Volume I*. Petrópolis: Vozes, 1992, 114-215, aqui, 115s.

cósmica do ser humano – parte da criação³⁵. É necessário levar seriamente em consideração o fato de que a crise ecológica é fruto de uma determinada forma social de uso e de apropriação dos bens naturais que, negativamente, obstaculiza e impede o governo ou senhoril de Deus neste mundo e, positivamente, constitui-se como objetivação do anti-reino – cuja expressão mais radical é a injustiça social e a ameaça ao eco-sistema. É preciso tomar em consideração a condição cativa de grande parte da humanidade e da própria natureza e lutar contra o domínio e senhoril dos poderes e poderosos deste mundo – resgatar a humanidade/criação cativa e instaurar uma nova dinâmica de uso e apropriação dos bens naturais que garanta, em primeiro lugar, a vida dos pobres da terra e, em segundo lugar, a biodiversidade e o equilíbrio do eco-sistema. Noutras palavras: A criação, na perspectiva bíblica, é inseparável da salvação/redenção. Há, inclusive, pelo menos do ponto de vista histórico-experiencial, um primado da salvação-redenção sobre a criação³⁶. Mais ainda. A criação é experimentada, em primeiro lugar, como salvação e sua confissão está, em grande parte, em função da mesma salvação³⁷. E, no fim das contas, a plenitude da criação acaba coincidindo com a plenitude da salvação³⁸. Poder-se-ia dizer que o que

³⁵ Cf. SATTLER, Dorothea – SCHNEIDER, Theodor. *Op. cit.*, 117s; BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres*. *Op. cit.*, 63-100.

³⁶ Cf. TRIGO, Pedro. *Criação e história*. Petrópolis: Vozes, 1988, 58-83; SATTLER, Dorothea – SCHNEIDER, Theodor. *Op. cit.*, 141-144.

³⁷ Não se deve esquecer que o primeiro relato da criação (Gn 1,1-2,4) situa-se no exílio da Babilônia no contexto da luta pela reafirmação do sábado judaico e da polêmica contra os deuses babilônicos (sol, lua, estrelas). Cf. SCHWANTES, Milton. *Projetos de esperança: Meditações sobre Gênesis 1-11*. Petrópolis: Vozes, 1989, 25-35. Esse é o mesmo contexto de Dêutero-Isaias (Is 40-55), cujo núcleo central é o anúncio de um novo êxodo – da Babilônia rumo à Palestina. Cf. SCHWANTES, Milton. *Sofrimento e esperança no exílio: História e teologia do povo de Deus no século VI A.C.* São Paulo: Paulinas, 1987, 88-102. De modo que a relação entre criação e libertação é muito mais estreita do que parece.

³⁸ Em primeiro lugar porque, na tradição bíblica, a natureza participa de alguma forma na libertação do povo (Ex 15,1-18; Sl 96; 98; Is 35; 55,12s). Neste sentido, é interessante o fato de Paulo (Rm 8, 18-23), encorajando os cristãos de Roma, ao contrapor “os sofrimentos do tempo presente” com a “a glória que será revelada” (18), usar a expressão grega *ktísis* (κτίσις) para falar dos que – além dos cristãos que já possuem “as primícias do Espírito” mas aguardam o resgate do corpo (23) – esperam a redenção (19-22). Esta expressão, diz Alonso Schökel, pode significar tanto *criação* quanto *humanidade*. Embora a tradição exegetica tenha optado por criação, diz ele, “o correlativo ‘nós’ e o contexto sobre escravidão e liberdade, corrupção e glória, fracasso e esperança” favorecem humanidade. Em outras palavras, “a ‘nós’, os cristãos, se opõe o resto da humanidade; e não a ‘nós’, os homens, se opõe o resto da criação”. Cf. comentário ao texto em nota de rodapé na Bíblia do Peregrino. Dentro da tradição acima referida seria muito razoável pensar que a expressão pode significar também, simultaneamente, criação e humanidade: “a humanidade/criação geme com dores de parto” (22). Em segundo lugar porque o “primogênito de toda criação”

deve ser salvo/redimido é o que foi criado e que, portanto, a perspectiva da criação é mais radical que a perspectiva da redenção. E, em parte, é verdade. Desde que se reconheça que (A) a criação realmente existente é a que precisa ser redimida e que (B) só na medida em que é redimida pode revelar-se plenamente e que (C) isso não signifique uma relativização nem leve a um enfraquecimento da missão salvífico/redentora que compete à Igreja hoje enquanto corpo histórico de Jesus Cristo.

Importa, em última instância, buscar e/ou abrir caminhos que sejam mediações reais e efetivas do reinado ou governo de Deus na dimensão sócio-ambiental da vida humana, isto é, encontrar ou criar formas sócio-históricas de uso e apropriação dos bens naturais que sejam, ao mesmo tempo, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. E para isso requer-se muita criatividade e ousadia. Não existe receita, nem *abracadabra*, nem caminho único. As formas de enfrentamento dependem da situação, das reais possibilidades dos grupos mais diretamente envolvidos, da correlação de forças nos interesses em jogo etc. Tampouco se trata de algo tranqüilo, pacífico, harmônico. Na problemática ambiental estão em jogo interesses muito distintos, sobretudo econômicos. A perseguição e mesmo o martírio de tantas lideranças populares são expressões inequívocas da dimensão e profundidade do conflito. Não obstante, há resistência, lutas, experiências, entregas, conquistas..., nas quais se pode reconhecer o senhorio e a realeza de Deus. Trata-se de realidades limitadas, impotentes, ambíguas, contraditórias, como queira, mas reais e efetivas. Realidades que são ao mesmo tempo indícios/sinais e sal/fermento sócio-ambientais do reinado de Deus. Gostaríamos de destacar apenas três delas.

Em primeiro lugar o que poderíamos chamar *movimento ecológico popular*, onde “a luta em defesa do ambiente natural e das populações pobres adquiriu uma real simbiose”³⁹. Trata-se de uma quantidade enorme de pequenos e grandes movimentos, mais ou menos articulados, na busca de uma nova forma de gestão dos bens naturais a partir e em função das necessidades e dos interesses das comunidades pobres. Dos movimentos mais localizados e pontuais aos mais amplos e

(CI 1,15), Aquele em quem, por quem e para quem tudo foi criado (CI 1.16s; Rm 11,36) é, ele mesmo, o *novo Adão* (1Cor 15,21s,45; Rm 5,14), o *reconciliador* (CI 1,20; 2Cor 518s), o mediador da *nova criação* (2Cor 5,17; Gl 6,15; Ef 4,22-24), o *renovador* do universo (Ap 21,5), enfim, “o alfa e o ômega, o princípio e o fim” (Ap 21, 6).

³⁹ PÁDUA, José Augusto de. *Op. cit.*, 57s.

institucionalizados. Dos que se enfrentam com pessoas, empresas e grupos particulares aos que se enfrentam com governos e órgãos públicos (municipal, estadual ou federal): preservação e socialização de uma lagoa, de um açude, de um rio, do manguezal, etc; organização de seringueiros, de quebradeiras de coco, de castanheiros; Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB); movimentos de sem-terra; movimentos indígenas; organização de pescadores e marisqueiras; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); movimentos de agro-ecologia, Economia Popular Solidária (EPS); associações e Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, entre outros. Como parte dessa luta sócio-ambiental mais ampla e como presença visível e institucional da Igreja, estão, entre outros, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Pastoral do Povo da Rua e a Cáritas. Aí se vai, aos poucos, desenvolvendo formas de uso e apropriação dos bens naturais socialmente mais justas e ecologicamente mais sustentáveis. Dessas experiências vai emergindo uma nova imagem e auto-compreensão do ser humano que, por sua vez, tornam-se decisivas na busca e aprofundamento dessas mesmas experiências. Aqui vale, acima de tudo, uma das propostas do Documento de Aparecida: “Aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório e apoiá-las em seus esforços para conseguir equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos” (474b).

Em segundo lugar o *profetismo sócio-ambiental*, tanto no seu aspecto de denúncia, quanto no seu aspecto de anúncio. Ele abrange três níveis ou adquire três configurações. A primeira e mais fundamental é aquela que se identifica com a própria vida de pessoas e comunidades pobres. Suas vidas, privadas das condições materiais básicas de sobrevivência, são, em si mesmas e sem mais, denúncia da forma de uso e apropriação dos bens naturais em voga. E são, às vezes, anúncio de formas socialmente mais justas e ambientalmente mais sustentáveis. É o caso, por exemplo, de muitas comunidades tradicionais e de muitas experiências agro-ecológicas e de EPS mais recentes. A segunda diz respeito à função ou dimensão profética do que chamamos acima “movimento ecológico popular”. Tem um caráter marcadamente coletivo e organizativo. É exercida através da organização dos pobres e seus aliados, denunciando determinadas formas de uso e apropriação dos bens naturais e ensaiando e anunciando formas socialmente mais justas e ambientalmente mais sustentáveis de gestão dos mesmos. É a profecia dos movimentos sócio-ambientais. A terceira é a que se insere na tradição

dos grandes profetas bíblicos. Emerge normalmente em situações limites e se caracteriza pela radicalidade do conteúdo (ir à raiz) e da forma como é exercida (desconcertante/chocante/provocativa). É o caso, por exemplo, de um Pedro Casaldáliga, de um Tomás Balduino ou, mais recentemente, de um Luiz Cappio. O jejum profético de dom Cappio, por exemplo, foi, sem dúvida nenhuma, um gesto extremo, radical, difícil de ser compreendido e digerido. “Escândalo e loucura” para uns, “força de Deus e sabedoria de Deus” para outros (1Cor 1,18-31). Como dizia na carta ao Presidente Lula, por ocasião do primeiro jejum (26/09-05/10/2005), “quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto”. Torna-se o último grito de denúncia, o último apelo ao coração, o último suspiro da teimosa “esperança contra toda esperança”, a expressão última de fidelidade, amor e entrega à vida e ao Deus da vida. E isso, dizia em sua carta por ocasião do fim do segundo jejum (27/11-20/12/2007), “vale uma vida e sou feliz por me dedicar a esta causa, como parte de minha entrega ao Deus da Vida, à Água Viva que é Jesus e que se dá àqueles que vivem massacrados pelas estruturas que geram a opressão e a morte”.

E, em terceiro lugar, o *martírio por causa dos pobres*. A lista de cristãos e não-cristãos assassinados nas últimas décadas na América Latina na luta pela justiça, pelo direito dos pobres é imensa⁴⁰. O martírio é a expressão mais radical de fidelidade a uma causa/pessoa. É um testemunho tão radical que se impõe, por si mesmo, negativa ou positivamente, como digno de credibilidade. Afinal, não se entrega a própria vida por banalidade. Daí que a memória dos mártires tenha um poder de convocação e mobilização impressionante – não obstante toda sua impotência. Não sem razão diz Casaldáliga que “não há nada mais revolucionário que o cadáver de um mártir”. E não sem razão dizia Tertuliano que “o sangue dos mártires é semente de novos cristãos”. Evidentemente não se trata de qualquer memória. “Há uma memória que é mera recordação do passado, uma memória morta, uma memória arquivada, uma memória do que não está mais vivo. Há outra memória

⁴⁰ Cf. Martirologio latino americano: <http://www.servicioskoinonia.org/martirologio>. Muitos cristãos, perguntando-se o que isso tem a ver com a fé, chegaram à conclusão que, se a característica fundamental do reinado de Deus é a oferta de salvação aos pobres, tudo que contribui para a salvação dos pobres, na mesma medida e proporção, contribui para a realização do reinado de Deus - alargando e radicalizando, assim, enormemente, a concepção cristã de martírio. “Mártir não é apenas nem principalmente o que morre *por* Cristo, mas o que morre *como* Jesus; mártir não é apenas nem principalmente o que morre *por causa* de Cristo, mas o que morre *pela causa* de Jesus”. SOBRINO, Jon. *Op. cit.*, 440-451, aqui, 444.

que torna o passado presente não como mera recordação, mas como presença viva, como algo que sem ser mais presente, tampouco é totalmente ausente porque, definitivamente, é parte da própria vida; não da vida que foi e passou, mas da vida que continua sendo”⁴¹. É desta memória que se trata. Por isso, na Eucaristia (memória de Jesus, o proto-mártir), imploramos ao Espírito que “nos transforme naquilo que celebramos” – seu corpo e sangue entregado. Fazer memória dos que entregaram a vida na luta por formas socialmente mais justas e ecologicamente mais sustentáveis de uso e apropriação dos bens naturais é, ao mesmo tempo, confirmar as Causas e pessoas pelas quais entregaram suas vidas e comprometer-nos a tomar parte na mesma luta. Celebrar a memória de Chico Mendes, de Margarida Alves, de Ir. Dorothy Stang, de Chicão Xucuru, de Pe. Josimo etc. é, portanto, atualizar agradecida e comprometidamente sua vida entregue – é comprometer-se a tomar parte na mesma entrega. Nisso reside o poder da memória dos mártires: em sua atualização em nossa vida. É através dela que eles continuam presentes e atuantes.

Tratam-se apenas de indícios/sinais. É verdade. Mas indícios/sinais que a modo de fermento (Mt 13,33), sal (Mt 5, 13) e luz (Mt 5,14ss) vão apressando a hora do parto (Rm 8, 22): forçando e fragilizando o dinamismo sócio-ambiental vigente e abrindo espaço para que, aos poucos, possa ir sendo reconfigurado na força e no dinamismo do Deus de Jesus (1Cor 4,20). E, assim, a dimensão sócio-ambiental do reinado de Deus vai tomando corpo, vai se objetivando na história. Impotente, como na práxis de Jesus de Nazaré, mas eficiente! Importa abrir-nos a esse dinamismo, deixá-lo tomar corpo em nossa vida e, através dela, no conjunto da sociedade. Nisto, precisamente, consiste ser corpo de Cristo na história!

Conclusão

Não era nossa intenção fazer uma apresentação global da problemática ambiental nem das formas de enfrentamento da mesma. Queríamos tratar apenas de duas questões: seu caráter intrinsecamente social e sua abordagem cristã. E com uma finalidade muito concreta: ajudar os cristãos a enfrentarem, de modo cristão, a atual problemática ambiental.

⁴¹ ELLACURIA, Ignácio. “Memória de monseñor Romero”, in *Escritos Teológicos III*. San Salvador: UCA, 2002, 115.

Evidentemente que essa problemática pode ser abordada sob muitos aspectos e que o enfoque cristão da mesma não se reduz à questão da justiça aos pobres. O aspecto e o enfoque aqui desenvolvidos se justificam por duas razões. Em primeiro lugar por se tratarem de aspecto e enfoque constitutivos e centrais da problemática ambiental e do enfrentamento cristão da mesma, respectivamente. Em segundo lugar pela tendência/tentação atual de muitos cristãos a relativizarem (ingênuo ou cinicamente) sua dimensão social e o caráter salvífico-redentor-libertador que caracteriza o enfrentamento cristão da mesma.

Que se abordem outros aspectos, que se amplie as abordagens... Mas que não se ofusque nem se relativize o aspecto social da problemática ambiental nem a centralidade da justiça aos pobres que caracteriza o modo cristão, teórico e prático, de enfrentamento da mesma.

O problema ambiental atingiu proporções altíssimas e, apesar da conscientização que todos têm dele, enfrentá-lo se torna cada vez mais difícil. De um lado, os grandes não se dispõem a limitar lucros; de outro, os pobres são excluídos da sociedade de consumo impiedosamente.